

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 041

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE ABRIL DE 2002**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Fernando Guimarães e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 790

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja concedido regime de urgência ao Projeto de Lei nº 002/2002, de nossa autoria, que institui o Prêmio do Mérito Universitário Paranaense e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O mencionado plano de lei de nossa autoria, já transitou em todas as Comissões onde recebeu parecer favorável, por esta razão, entendemos justo o regime de urgência.

Esperamos a concordância de todos os nobres colegas.

REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final para Projeto de Lei nº 099/2002, item 12 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.04.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 791

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 (cinco) Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 224/2000, item 05, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.04.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 792

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 03 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 618/2001, item 10, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.04.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 214/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Palmital, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores da Linha Palmital, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, tendo sua fundação em 19/03/90.

Tendo por objetivo principal a promoção e valorização do ser humano através da união, da amizade, do espírito comunitário e da ajuda mútua, a Associação preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela Lei nº 6994/78, que regulamenta a concessão dos títulos de Utilidade Pública, conforme os documentos em anexo.

Por essa razão e por questão de justiça esperamos receber total apoio dos nobres deputados para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 215/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravágio, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravágio, foi fundada em 12/11/94. Entidade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, tendo por finalidade promover a união, a amizade, o espírito comunitário e a ajuda mútua entre seus associados.

A documentação anexada a proposição comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação em vigor, que regulamenta a matéria.

Por esta razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos senhores deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados, apenas para fazer um registro de uma bandeira que eu considero muito importante que foi abraçada pelas lideranças regionais do PMDB e que tiveram o respaldo do candidato a

candidato a governador, Beto Richa, num encontro que tivemos em Cascavel e Foz do Iguaçu, que eu tenho certeza vai crescer esse movimento, porque é justo, de federalizarmos a Unioeste.

Sabemos que o Estado do Paraná tem dificuldade até para a manutenção de toda a estrutura do ensino superior, no Estado do Paraná. Na nossa visão o Governo Federal tem um débito para com o Estado do Paraná, tem que federalizar, uma, duas ou três destas instituições que são estaduais, hoje, aqui no Paraná, para fazer jus, para tratar o Paraná de forma equânime, nos moldes que vêm sendo tratados o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros Estados da federação que têm duas, três, cinco universidades federais, o Paraná só tem uma universidade federal.

Então, a partir de agora, como bandeira do partido, no Estado do Paraná, como bandeira do nosso candidato ao Governo do Estado do Paraná, vamos abraçar esta causa porque julgamos que federalizando a Unioeste, nem que seja só a Unioeste sobrarão mais recursos para o Governo do Estado investir nas outras instituições de ensino superior, no Paraná. Só isso já é um benefício para todas as instituições, pelo estágio que se encontra a Unioeste, que demanda investimentos enormes, está num processo muito grande de expansão até porque é a única universidade estadual, naquela região, nós julgamos que o Governo Federal tem que abraçar esta causa e nos ajudar a federalizar a Unioeste.

Era só para fazer este registro, nesta manhã de quinta-feira, senhor presidente e colegas parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, para um registro também, quero deixar registrado aqui na Assembléia Legislativa um posicionamento de um companheiro de V. Exa. que é o ilustre ex-senador da República, Antônio Carlos Magalhães, do PFL.

Ele diz o seguinte: “Não se pode admitir que o governo jogue verbas públicas nas bases de A e B para prejudicar C ou dar qualquer finalidade neste sentido. Isso é imoral e macula a biografia do presidente Fernando Henrique Cardoso”.

O que diz o líder nordestino? Que o presidente da República está maculando, está sujando a sua biografia com este tipo de comportamento, a liberação de verbas com intuitos de conseguir votos dentro do Congresso Nacional e também fazer campanha política.

Senhor presidente, se isso acontecesse só com o presidente da República em relação a Bahia nós teríamos até remédios apropriados para isso. Mas essa é uma prática que nós todos estamos acostumados a ver nas épocas eleitorais. É lamentável porque aqui no Paraná está se fazendo da mesma maneira isso, senhor presidente!

Eu gostaria de até levantar uma dúvida: será que este monumental lucro da Copel não está sendo de uma maneira ou de outra usado até para que determinados convênios sejam assinados no interior?

Senhor presidente, houve uma campanha muito grande dos governistas para que se vendesse a Copel. A Copel acaba de levar a toda população o seu lucro líquido: 475 milhões e mais 300 mil reais. Fora, se deixando de lado, a nutrida quantia que se fez uso para propaganda, muitas vezes mentirosa do Governo.

Senhor presidente, numa manhã de quinta-feira, com pouquíssimos deputados, com esta Assembléia se arrastando para funcionar, e no nosso entendimento isto é culpa do Governo, é culpa da maioria, porque compete à maioria dar quorum para o funcionamento da Casa. Nós estamos aqui. E todos os dias, deputado Luiz Carlos Zuk, temos que fazer esta comprovação.

Estou vendo a chegada do ilustre Líder do Governo e tenho aqui um artigo escrito por ele, argumento que era necessário que se vendesse a Copel. E nós, no mesmo dia, 14 de agosto, estou dizendo num dos jornais mais importantes do Paraná, a Folha de Londrina, que nós não deveríamos vender a Copel, porque ela era competente, competitiva, estratégica, extremamente lucrativa. E nós estávamos com a razão. Aqueles que diziam que ela não teria condições de competir erraram. Aqueles que disseram que ela não exibiria lucros, erraram. Aquele que dizem que ela não é estratégica, ela continua sendo muito estratégica para o amanhã do Paraná, para o futuro do Paraná, para nós disciplinarmos o caminho que nós precisamos trilhar para conseguirmos fazer deste Estado, cada vez mais, uma terra que aspiramos seja livre, uma terra que ofereça oportunidades, emprego, trabalho para todo mundo.

Então, quero fazer simplesmente este registro. Não somos nós, só, da Oposição paranaense, mas um Líder com o qual eu geralmente não concordo, o Antônio Carlos Magalhães, mas ele, mais um vez, meteu o dedo na ferida, pegou o bisturi e meteu o bisturi naquela monte de pus, deixando registrada, mais uma vez esta posição.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há mais quem queira fazer uso da palavra.
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 291/99, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, que cria o programa emergencial de auxílio desemprego e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 291/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Emergencial de Auxílio Desemprego, de caráter assistencial, visando proporcionar ocupação, renda e qualificação profissional para até 20 mil trabalhadores, integrantes da parte da população desocupada residente do Estado do Paraná.

§ 1º - O planejamento, a fiscalização e o controle da execução do programa será exercido por um Conselho composto por representantes do Poder Executivo e dos trabalhadores.

§ 2º - Serão destinados 30% (trinta por cento) do total das vagas existentes à população desempregada residente nos municípios mais pobres e com maior índice de desemprego do interior do Estado.

Art. 2º - O Programa a que se refere o artigo 1º consiste na concessão de bolsa auxílio-desemprego, no valor mensal de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), no fornecimento de cesta básica, auxílio transporte e na realização de curso de qualificação profissional.

§ 1º - Os benefícios de que trata o "caput" serão concedidos pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses.

§ 2º - Os beneficiários que no transcorrer do prazo definido no parágrafo anterior obtiverem recolocação no mercado de trabalho, deverão ser substituídos por novos beneficiários, no limite estabelecido pelo artigo 1º desta lei.

Art. 3º - As condições para o alistamento no Programa serão definidas em regulamento, observados os seguintes requisitos:

I - situação de desemprego superior a 1 (um) ano e 6 (seis) meses;

II - residência no município onde será prestada a colaboração prevista no artigo 4º;

III - apenas 1 (um) beneficiário por núcleo familiar.

Parágrafo Único - No caso do número de alistamento superar o de vagas a preferência para participação no Programa será definida mediante aplicação, pela ordem, dos seguintes critérios:

I - maiores encargos familiares;

II - mulheres arrimo de família;

III - maior tempo de desemprego;

- IV - mais idade;
V - sorteio.

Art. 4º - A participação no Programa implica na colaboração, em caráter eventual, com a prestação de serviços de interesse da comunidade local ou com órgãos públicos que a atendam, sem vínculo de subordinação.

§ 1º - A jornada de atividade no Programa será de 6 (seis) horas diárias, 4 (quatro) dias por semana, mais 1 (um) dia de curso de qualificação profissional.

§ 2º - A participação no Programa exclui serviços e áreas que acarretem riscos à vida e à saúde dos trabalhadores.

§ 3º - Para a determinação das áreas de interesse da comunidade a que se refere o “*caput*” deste artigo, serão criados comitês locais, com representantes do Poder Executivo das localidades ou regiões, do Legislativo, dos Sindicatos de Trabalhadores e das Associações de Moradores de Bairros.

Art. 5º - Para atender às despesas resultantes de aplicação desta Lei, além do que dispõe o artigo 7º, fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo do Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego.

Parágrafo Único - O Fundo do Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego será constituído de:

- a) dotações orçamentárias do Estado;
- b) captação de recursos junto ao Governo Federal, provenientes de convênios ou acordos;
- c) resultado financeiro de suas operações de crédito;
- d) doações.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 100/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Nova Prata do Iguaçu, com sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no município de Salto do Lontra. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2002, de 11.03.2002).**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 709/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o “Núcleo Social Santo Antonio de Guaraniãçu - Casa da Terceira Idade”, com sede no Município de Guaraniãçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2 DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APROCOR - Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul, com sede no Município de Corumbataí do Sul e foro no município de Barbosa Ferraz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que obriga a veiculação de custos de propaganda. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 791, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 224/2000. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do projeto de Lei nº 224/2000.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que transfere o município de Quatiguá do Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. EM VOTAÇÃO O SUBSTITUTIVO. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ALGACI TULIO

Meu voto contrário, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado, deputado Algaci Tulio.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 531/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica denominado o município de São Carlos do Ivaí, como “Capital Paranaense da Lajota”. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri e do deputado Marcos Isfer. Institui o Dia do Yôga. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que proíbe a exigência de fiador nas matrículas em estabelecimentos de ensino privado no Estado do Paraná. PARECERES

FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que altera a Lei nº 13.288, de 01 de novembro de 2001- Débitos em dívida ativa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 792, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 618/2001.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera Redação da Lei nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 - Código de Saúde, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que concede o Título de Cidadã Honorária à doutora Ana Primavesi. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2002, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a filiação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto ao Bloco Parlamentar Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N 008/2002 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E :

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a integrar na condição de filiada ao Bloco Parlamentar Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul.

Parágrafo Único - Os direitos e obrigações da providência definida na presente resolução, são estabelecidas no Estatuto da Entidade sendo que os custos mensais correrão por conta da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 09.04.2002
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 790, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 793, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Projeto de Lei nºs 397 e 527/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 011, 075, 084, 119, 120, 123, 130, 131, 136, 137, 139 e 161/2002.

Levanta-se a Sessão.

Ata da Comissão de Promoção:

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO INSTITUÍDA PELO ATO Nº 058/2002 DA COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Aos 10 dias do mês de abril do ano em curso, na sala da Procuradoria Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, obedecendo determinação constante do Ato nº 058/2002, exarado pela doughty Comissão Executiva deste Poder, com a presença de todos os membros indicados para a Comissão, sob a Presidência do senhor diretor geral, Dr. Abib Miguel, secretariada por mim, Eleovan Cezar Ribeiro, foi instalada a Comissão de Promoção. Por ordem do senhor presidente, foram lavradas as determinações contidas naquele Ato, a saber: "1º - instalar o processo de promoção para dar cumprimento ao Mandado Executório nº 29371-6/2002 TJ/PR, da ordem emanada do colendo Superior Tribunal de Justiça, em Acórdão extraído do Recurso Especial nº 215.619/2000, julgado em 15.08.2000 e transitado em julgado em 27.10.2000, observando a Lei 7784, de 12.12.1983, alterada pelas Resoluções 052/89, 050/94 e 015/96; 2º - selecionar, com apuração a ser procedida, com base na pontuação levantada pela Comissão de Promoção, constituída pela Resolução nº 078/96, funcionários para concorrer às promoções para as vagas que se verifiquem, por merecimento ou antiguidade, na carreira de Procurador

do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.” Feitas considerações preambulares por parte de todos os membros da Comissão, ficou decidido que nova reunião seria promovida no prazo de 15 (quinze) dias para, coletados os dados técnicos indispensáveis, efetivar a determinação de promoção contida no Ato nº 058/2002. Lida e achada conforme, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão. Curitiba, 10 de abril de 2002.

(aa) ABIB MIGUEL

Presidente

AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador Geral

CINTHIA BEATRIZ F. LUIZ MOLINARI

Diretora de Pessoal

ELEOVAN CEZAR RIBEIRO

Secretário

VALTER ANTONIO MARCHIORATO

Representante Cabenfafe